



## Pauta de votações da semana tem repatriação de recursos

Alterado na Câmara, projeto volta ao Senado, que decidirá sobre prazos, tributação e possibilidade ou não de políticos e familiares aderirem ao programa

A proposta estabelece em 120 dias o tempo para a repatriação de recursos não declarados, a partir da data de regulamentação do tema pela Receita.

O contribuinte deverá declarar o patrimônio que tinha no exterior em 30 de junho de 2016. E a tributação ficará, de acordo com o texto, em 15% de imposto e 20,25% de multa.

Um dos pontos mais polêmicos diz respeito à participação de políticos e familiares no programa. A lei em vigor proíbe a adesão dessas pessoas. Mas o projeto foi aprovado no Senado sem a

vedação a parentes, que foi retomada na Câmara. Além da repatriação, o Plenário do Senado poderá votar duas PECs e outras propostas a serem definidas pelos líderes em reunião amanhã. **3**

## Comissões vão eleger presidentes e vices

Seis comissões permanentes iniciam seus trabalhos nesta semana. O primeiro passo será a eleição de presidente e vice-presidente.

As Comissões de Assuntos Econômicos, de Educação, de Assuntos Sociais, de Relações Exteriores, de Direitos Humanos e

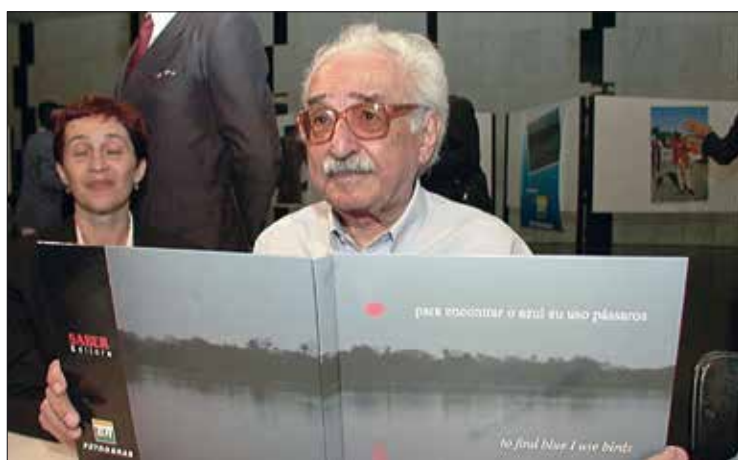
de Ciência e Tecnologia já contam com a maior parte de suas composições definidas.

Somente as Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais já têm o nome dos presidentes definido: Tasso Jereissati, na primeira, e Marta Suplicy, na segunda. **4**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida pelo senador Edison Lobão, está funcionando desde fevereiro



O poeta Manoel de Barros, que receberá homenagem póstuma no Senado

Waldemir Barreto/Agência Senado

## Sessão especial hoje comemora centenário do poeta Manoel de Barros

O Senado faz sessão especial às 11h em homenagem a Manoel de Barros, que teria feito 100 anos em dezembro. O premiado poeta mato-grossense morreu em 2014. **2**

## Congresso discute ajuda financeira aos estados

Atualmente em análise na Câmara, projeto do Executivo suspende pagamento da dívida dos estados por três anos, mas exige contrapartidas. **3**

## Reforma da Previdência prejudica produtor rural, dizem debatedores

As mudanças propostas pelo governo na aposentadoria ferem direitos dos produtores rurais, afirmaram participantes de seminário da Comissão de Agricultura do Senado em Não-Me-Toque (RS). A idade

mínima de 65 anos, que passaria a valer também para a aposentadoria rural, e a criação de uma contribuição individual fixa para quem produz em regime de economia familiar foram pontos criticados. **2**

## Instituição Fiscal recebe economistas e detalha relatórios

A Instituição Fiscal Independente se reúne na manhã de hoje com economistas para apresentar o órgão, que foi criado pelo Senado no ano passado. A IFI também vai detalhar os resultados dos relatórios que produziu. **3**



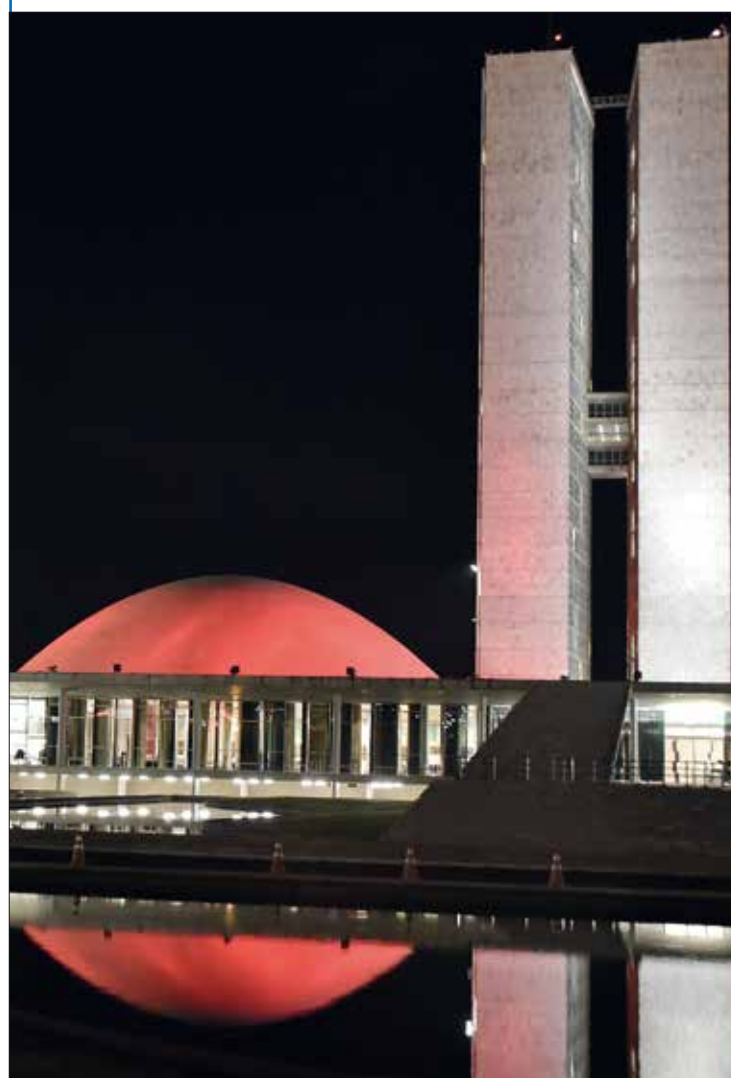
Seminário conduzido por Ana Amélia foi realizado durante a feira Expodireto

Renan Amiz/Cob. Sen. Ana Amélia

## Casa se ilumina de vermelho e alerta para cuidado com rins

Desde a noite de quinta-feira, a cúpula do Senado está iluminada na cor vermelha para conscientizar a população da necessidade de cuidar dos rins. Nesse dia, o

Senado fez uma sessão especial no Plenário para marcar o Dia do Rim. A iluminação especial, que permanecerá até o fim do mês, foi pedida por Eduardo Amorim. **2**



Pillar Pedreira/Agência Senado

Até o fim do mês, Senado terá luz especial para alertar sobre doenças renais



# Reforma não pode sacrificar agricultores, aponta debate

Para participantes de seminário da Comissão de Agricultura no Sul do país, mudanças na Previdência põem em risco direitos dos produtores rurais

A REFORMA DA Previdência proposta pelo governo prejudica os produtores rurais e representa um retrocesso a direitos já conquistados, afirmaram participantes de seminário na cidade de Não-Me-Toque (RS) na sexta-feira. O evento, que integra um ciclo de palestras e debates da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária (CRA), ocorreu durante a 18ª edição da feira Expodireto.

Ao longo da discussão, deputados do Rio Grande do Sul protestaram contra o projeto da reforma previdenciária que tramita no Congresso. Entre outras mudanças, os deputados defenderam a exclusão do artigo que cria uma contribuição individual fixa para os produtores que exerçam a atividade em regime de economia familiar. Pela proposta do governo, essa alíquota seria “favorecida”, ou seja, inferior à do INSS (que vai de 8% a 11%), e incidiria sobre um salário mínimo.

A aposentaria rural foi inserida na regra geral da reforma. Os agricultores vão contribuir de forma individual com uma alíquota sobre o limite mínimo da base de cálculo para o recebimento do benefício. Na regra atual, o trabalhador rural pode contribuir, mas a aposentadoria é garantida para quem não contribuiu.



Ana Amélia conduz debate com Mânica, da Expodireto, e secretário Ernani Polo

Outra emenda defendida pelos parlamentares pretende manter a idade mínima de 60 anos para homens e de 55 anos para mulheres, no caso de trabalhadores rurais. Com a reforma, os trabalhadores rurais terão idade mínima de 65 anos para aposentadoria, com 25 anos de contribuição.

## Atividade complexa

Condutora do debate, a senadora Ana Amélia (PP-RS) ressaltou que a atividade da agricultura e pecuária é complexa, pois depende do clima e exige trabalho 365 dias por ano. — A atividade do produtor rural não pode ser comparada com a do trabalhador da indústria ou do comércio. Ela exige mais. Temos que discutir a reforma da Previdência de forma madura. Não temos que penalizar o mais fraco — disse, classificando a reforma de inoportuna.

O deputado Altemir Tortelli (PT-RS) ressaltou que quem causou os desequilíbrios na

Previdência não foram os agricultores, e sim as isenções fiscais para grandes grupos econômicos e o próprio governo. Para ele, as mudanças vão colocar em risco a sucessão da agricultura familiar e a própria economia do Brasil.

Para o presidente da Expodireto, Nei César Mânica, os direitos e conquistas dos produtores rurais devem ser respeitados.

O prefeito de Não-Me-Toque, Armando Roos, destacou o impacto que o tema tem para as prefeituras. Segundo ele, cerca de 1,6 mil municípios brasileiros têm na aposentadoria rural sua maior receita.

Também participaram da feira o secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul, Ernani Polo, e representantes da Confederação Nacional de Municípios, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul e de diversos sindicatos de trabalhadores rurais, além de prefeitos, deputados federais e estaduais.

# Iluminação vermelha no Senado lembra Dia do Rim

Até o fim do mês, a cúpula e a torre do Senado terão iluminação vermelha, em homenagem ao Dia Mundial do Rim, celebrado em 9 de março.

A iluminação especial foi solicitada por Eduardo Amorim (PSDB-SE). Em sessão especial do Senado sobre o tema, na quinta-feira, o senador alertou para a necessidade de preven-

ção das doenças renais:

— É fundamental que a sociedade tenha consciência de que a doença renal é um problema de grandes proporções e pode ser prevenida.

No Brasil, quem coordena a campanha referente à data é a Sociedade Brasileira de Nefrologia. Nos últimos dois anos, aproximadamente 500

eventos foram criados pela entidade em prol da causa. O tema deste ano é “Doença renal e obesidade: estilo de vida saudável para rins saudáveis”. A ideia é alertar a população quanto aos perigos do sobrepeso, que podem levar à doença renal crônica.

A doença renal crônica não tem cura, mas pode ser tratada.

# Sessão especial faz homenagem ao poeta Manoel de Barros hoje

O poeta mato-grossense Manoel de Barros será homenageado hoje em sessão especial no Plenário do Senado, às 11h. O escritor teria feito 100 anos em 19 de dezembro de 2016.

Manoel de Barros é o mais aclamado poeta brasileiro

contemporâneo nos meios literários. Ele recebeu vários prêmios literários, entre eles, dois Jabutis.

Sua obra mais conhecida é o *Livro sobre Nada*, de 1996. O escritor morreu em 2014, aos 97 anos.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### SEGUNDA

#### CCS Comunicação Social

9h A Comissão Temática de Liberdade de Expressão e Participação Social do Conselho de Comunicação Social (CCS) se reúne para designar relatorias para as matérias em tramitação no Congresso pertinentes à comissão. Logo após, a Comissão Temática de Publicidade e Propaganda analisa relatórios. Às 14h, o CCS discute relatórios sobre alteração no Código Brasileiro de Telecomunicações.

#### INSTITUIÇÃO FISCAL Economistas

10h A Instituição Fiscal Independente (IFI) faz reunião com economistas para apresentar suas funções. Serão apresentados também os resultados do segundo Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF).

#### PLENÁRIO Manoel de Barros

11h Sessão especial para comemorar o centenário do poeta Manoel de Barros. Às 14h, sessão não deliberativa.

#### CRE Eleição do presidente

9h30 Reunião de instalação da comissão e eleição do presidente e do vice.

#### CAE Início dos trabalhos

10h Reunião para instalação dos trabalhos da comissão e eleição do presidente e do vice para o biênio 2017-2018.

#### CDH Presidente

11h Instalação dos trabalhos da comissão e eleição do presidente e do vice.

#### CE Instalação

11h30 A Comissão de Educação se reúne para eleger o presidente e o vice.

#### MP 756/2016 Proteção ambiental

14h30 Análise do plano de trabalho da comissão mista responsável pela MP, que altera os limites do Parque Nacional do Rio Novo, da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim.

#### MP 765/2016 Bônus

14h30 Eleição do comando da comissão mista que analisa a MP 765, sobre bônus para auditores fiscais do trabalho.

#### MP 766/2016 Regularização tributária

14h40 Instalação e eleição de presidente e vice da comissão mista responsável pela MP 766, que cria o Programa de Regularização Tributária na Receita e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

#### CCT Instalação

8h30 A comissão se reúne para inaugurar os trabalhos e eleger o presidente e o vice.

#### CAS Presidente e vice

9h Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e vice-presidente da comissão.

#### CCJ Sabatinas e casamento gay

10h A comissão sabatina Maria Tereza Uille Gomes, indicada para o CNJ, e Gustavo do Vale Rocha, indicado para o CNMP. Na sequência, vota projeto que permite o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo.

#### MP 752/2016 Contratos de parceria

14h Audiência pública interativa para discutir a MP, que dispõe sobre a prorrogação e a nova licitação de contratos de parceria. Estão convidados representantes do Ministério dos Transportes e do Tribunal de Contas da União (TCU).

#### MP 751/2016 Cartão Reforma

14h30 Reunião para apreciação do relatório da MP 751/2016, que cria o Programa Cartão Reforma.

#### MP 755/2016 Fundo penitenciário

14h30 Reunião para apreciação do plano de trabalho da comissão mista responsável pela MP, que permite a transferência direta de recursos do Fundo Penitenciário Nacional aos fundos dos estados.

#### MP 752/2016 Debate

9h Audiência pública interativa para discutir a MP, sobre licitação de contratos de parceria. Entre os convidados, representantes da Confederação Nacional do Transporte, da Confederação Nacional da Indústria e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

### TERÇA

### QUARTA

### QUINTA

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Coordenadora-geral:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burtle  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenador de Edição:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá

# Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



# Repatriação de recursos na pauta da semana

Senadores devem decidir amanhã sobre mudanças feitas pelos deputados. Entre elas, novo prazo para adesão e proibição de que políticos e seus cônjuges participem do programa

ESTÁ NA PAUTA do Plenário desta semana o projeto da repatriação de recursos do exterior. Os senadores analisarão as mudanças feitas pelos deputados (SCD 1/2017) no texto proveniente do Senado (PLS 405/2016). A votação estava prevista para a última quarta-feira, mas foi adiada devido ao avanço da sessão especial em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Pela nova versão do projeto, o prazo para a repatriação passou de 38 para 120 dias, contados a partir da data de regulamentação do tema pela Receita Federal. O patrimônio a ser declarado será o em posse em 30 de junho de 2016. A data prevista no texto que saiu do Senado era dezembro de 2015.

A tributação total também mudou. Enquanto a primeira versão aprovada no Senado previa 17,5% de Imposto de Renda e 17,5% de multa, o novo texto estabelece 15% de imposto e 20,25% de multa. Dos valores arrecadados com a multa, 46% serão repartidos



Marcos Oliveira/Agência Senado - 22/2/2017

Além da repatriação e de duas PECs, pauta poderá incluir outras propostas a serem definidas pelos líderes amanhã

com os estados e os municípios por meio dos respectivos fundos de participação (FPE e FPM). O texto antigo previa 49%.

## Políticos e cônjuges

Um dos pontos mais polêmicos do projeto era a autorização para que cônjuges e parentes de políticos com mandatos aderissem ao programa. A lei em vigor proíbe a adesão por parte de detentores de cargos, empregos e funções

públicas de direção ou eletivas, bem como a de seus cônjuges e parentes até segundo grau. O Senado alterou o trecho, detalhando os cargos eletivos — presidente da República, senador, deputados federal, estadual e distrital, governador, prefeito e vereador — e os agentes públicos atingidos pela vedação, mas retirando a proibição a cônjuges e parentes.

Na Câmara, o relator, deputado Alexandre Baldy (PTN-GO), manteve a redação dos sena-

dores e acrescentou um trecho para convalidar a permissão de adesão por parte de cônjuges e parentes. No Plenário, os deputados decidiram retirar do texto as alterações feitas pelo Senado e pelo relator para manter intacto o artigo da lei que proíbe a adesão tanto de políticos quanto de cônjuges e parentes.

## Emendas

A pauta da semana também tem duas propostas de emen-

das à Constituição (PECs).

A PEC 61/2015, da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), possibilita emendas individuais ao projeto da lei orçamentária anual da União para repasse de recursos diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e ao dos Municípios.

A PEC vai para a quinta e última sessão de discussão de primeiro turno. São dois turnos de discussão e votação, com apoio de pelo menos três quintos dos senadores em cada um deles. No segundo turno, são três sessões de discussão. Se aprovada, a PEC seguirá para a análise na Câmara.

Também consta da pauta a PEC 111/2015, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que veda a edição de medidas provisórias que gerem desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, informou que haverá reunião de líderes amanhã, às 11h. Assim, outros projetos poderão ir a Plenário amanhã mesmo.

## Senado vai discutir nova proposta de recuperação dos estados

A criação de um novo Regime de Recuperação Fiscal para os estados é um dos assuntos que vão dominar o Senado nas próximas semanas.

O Congresso já recebeu mais uma proposta do governo na tentativa de solucionar a crise financeira dos governos estaduais.

O Projeto de Lei Complementar 343/2017 permite a suspensão por até três anos do pagamento de dívidas com o Tesouro Nacional. Em contrapartida, os governadores terão que adotar uma série de medidas, como privatizar empresas e aumentar a contribuição de servidores para o regime de Previdência.

O Planalto alega que a crise não será solucionada se não for acompanhada de um esforço das administrações para reequilibrar suas contas, daí a necessidade das exigências. Ficará vedado aos governadores, por exemplo, dar aumento ao funcionalismo, criar novos cargos, ampliar a estrutura administrativa, realizar concursos e criar ou ampliar incentivos tributários.

O projeto, que começou a tramitar na Câmara, não encontra consenso no Senado. O líder do PSDB, Paulo Bauer (SC), diz que não adianta a União conceder benefício sem exigir esforço mínimo em troca.

— Ninguém pode gastar mais do que arrecada. O governo é igual às famílias ou às empresas e deve gastar o

que tem, sem criar dívidas infinitamente — afirma Bauer.

Ele reconhece que algumas medidas propostas são impopulares, mas acredita que isso não é motivo para alterações significativas no texto.

— Popularidade tem que ser ganha pela competência e pela boa gestão pública, não pela demagogia e pela concessão de benefícios e compromissos que não podem ser honrados. Vamos ver muitos avanços nesses estados quando houver consciência de que o saneamento de agora vai trazer benefícios por décadas.

## Rombo nas contas

O vice-líder do governo, José Medeiros (PSD-MT), concorda com a imposição de condições aos governadores, ainda que sejam medidas impopulares.

Medeiros lembrou que o problema é antigo, por isso é necessário limite para o endividamento dos estados. Ele se diz a favor da venda de empresas e do controle do crescimento da máquina pública.

— Alguns estados têm se mostrado incompetentes, gerando rombo no orçamento. Isso acaba caindo nas costas de quem paga tributos. Se a administração não está dando conta de pagar o salário dos servidores, qual a lógica de contratar mais pessoal?

O líder do Bloco Socialismo e Democracia, João Capiberibe (PSB-AP), discorda das propostas do Executivo. Segundo ele, a maioria são medidas que só

### O projeto do governo

- ▶ **OBJETIVO**  
Criar Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal para ajudar unidades da Federação em grave desequilíbrio financeiro
- ▶ **CONDIÇÃO**  
O estado terá de comprovar séria dificuldade financeira
- ▶ **BENEFÍCIO**  
Suspensão por até 36 meses do pagamento das dívidas dos estados com o Tesouro Nacional
- ▶ **CONTRAPARTIDAS**  
Os estados devem tomar as seguintes providências:
  - ☑ Privatizar empresas dos setores financeiro, de energia e de saneamento
  - ☑ Elevar alíquota de contribuição previdenciária dos servidores para, no mínimo, 14%
  - ☑ Impedir criação ou ampliação de benefícios de natureza tributária por meio de leis estaduais
  - ☑ Adaptar a previdência estadual às regras do Regime Geral de Previdência Social
  - ☑ Suspender aumento do funcionalismo
  - ☑ Não realizar concurso (exceto para repor vagas já existentes)
  - ☑ Suspender criação de cargos e ampliação da estrutura administrativa
  - ☑ Revisão do Regime Jurídico Único dos servidores estaduais para convergência com as regras adotadas pela União
  - ☑ Instituir previdência complementar para novos servidores
  - ☑ Regularizar o uso do dinheiro de depósitos judiciais no financiamento de despesas públicas
  - ☑ Suspender contratação de novas operações de crédito que não estejam autorizadas no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal

mexem no acessório, e não em pontos fundamentais, como a concentração de recursos nas mãos da União e a corrupção.

— Além da má gestão, o sistema que sustenta o poder público é corrupto e criminoso. É preciso uma reforma política, mas ninguém quer fazer — criticou.

Capiberibe não acha justo os servidores pagarem a conta por meio de acréscimo na alíquota da Previdência.

— É uma incoerência. O trabalhador não pode ser responsabilizado pela crise.

Não é a primeira vez que o governo federal tenta equacionar o endividamento dos estados fazendo exigências. No ano passado, o Planalto

tentou incluir contrapartidas para a renegociação de dívidas durante a tramitação do PLC 54/2016, que deu origem à Lei Complementar 156/2016. Os senadores aprovaram várias condicionantes para a concessão de benefícios, que foram derrubadas pela Câmara.

Diante dessa situação, em 29 de dezembro o presidente Michel Temer vetou o capítulo que tratava da recuperação fiscal. Na justificativa, alegou que a alteração no projeto feita pelos deputados desvirtuou o regime e trouxe um risco elevado para a União.

Paulo Bauer crê que desta vez o tema será tratado de forma diferente na Câmara.

## Instituição Fiscal faz hoje reunião com economistas

A Instituição Fiscal Independente (IFI) fará hoje, às 10h, uma reunião com economistas para apresentar as funções e as características do órgão. Também detalhará os resultados do segundo Relatório de Acompanhamento Fiscal, lançado no dia 6.

Criada no ano passado pelo Senado, a IFI produz relatórios, notas técnicas, bancos de dados e projeções econômicas.

A instituição pode agir por iniciativa própria e por demandas específicas de senadores.

Também pode opinar sobre projetos de lei e medidas do governo, para embasar as decisões dos parlamentares.

O mais recente relatório da IFI concluiu que a fixação da idade mínima de 65 anos para a aposentadoria é o ponto essencial a ser preservado na reforma da Previdência proposta pelo governo Temer para que produza os efeitos fiscais desejados.

Ainda de acordo com o documento, se o governo fizer um contingenciamento de R\$ 38,9 bilhões no Orçamento deste ano, haverá uma moderada contração fiscal já em 2017, favorecendo a recuperação da economia.



As Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais já têm os nomes de seus presidentes definidos: Tasso Jereissati e Marta Suplicy

# Seis comissões elegem presidentes e iniciam trabalhos nesta semana

SEIS COMISSÕES PERMANENTES do Senado elegerão seus presidentes e iniciarão os seus trabalhos nesta semana. Pelas regras do Regimento Interno do Senado, o membro mais velho de cada comissão presidirá o início dos trabalhos e a escolha do presidente para o período 2017-2018.

As Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Assuntos Sociais (CAS), de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) já contam com a maior parte de suas composições definidas.

Apenas duas já têm indicação concreta de senadores para presidi-las: Tasso Jereissati (PSDB-CE), na CAE, e Marta Suplicy (PMDB-SP), na CAS.

Amanhã, serão instaladas quatro comissões: CAE, CE, CRE e CDH.

A CE deverá permanecer sob o comando do PSB. A CDH deverá continuar sob o controle do PT. A presidência da CRE ainda está indefinida.

Já na quarta-feira, será a vez de a CCT e a CAS iniciarem suas atividades. A CCT tende a ficar com o PSD. Quem a presidiu em 2015 foi o senador Lasier Martins (PSD-RS), que estava no PDT quando assumiu o cargo.

## Conheça as comissões

COMISSÃO	COMPETÊNCIAS	MEMBROS
<b>CCJ</b> Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Opinar sobre constitucionalidade e juridicidade de projetos; tratar de projetos sobre direito, justiça, segurança pública, cidadania e administração pública; decidir sobre perda de mandato de senadores; sabatar indicados para tribunais superiores, Procuradoria-Geral da República, Conselho Nacional de Justiça, entre outros; resolver recursos de questões de ordem.	27
<b>CAE</b> Comissão de Assuntos Econômicos	Opinar sobre aspectos econômicos e financeiros de projetos; tratar de projetos sobre de economia, tributação, política monetária, câmbio, orçamento, sistema financeiro e comércio; sabatar indicados para Tribunal de Contas da União e Banco Central.	27
<b>CE</b> Comissão de Educação, Cultura e Esporte	Tratar de projetos sobre diretrizes educacionais, ensino, cultura, diversões e espetáculos, datas comemorativas, homenagens cívicas e esportes.	27
<b>CI</b> Comissão de Serviços de Infraestrutura	Tratar de projetos sobre obras públicas, transportes, minas e energia, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e regulações desses setores.	23
<b>CAS</b> Comissão de Assuntos Sociais	Tratar de projetos sobre trabalho, previdência, assistência social, saúde, populações indígenas, saneamento e fiscalização de remédios e alimentos.	21
<b>CRE</b> Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	Tratar de projetos sobre relações internacionais, comércio exterior e Forças Armadas; sabatar embaixadores; conceder autorização para o presidente da República e o vice se ausentarem do território nacional.	19
<b>CDH</b> Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Tratar de projetos sobre direitos humanos, direitos da mulher, direitos de minorias, proteção à família, integração social de portadores de deficiência e proteção da infância, juventude e idosos; receber e analisar sugestões legislativas da sociedade.	19
<b>CRA</b> Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	Tratar de projetos sobre política agrícola e fundiária, agricultura, pecuária e abastecimento, agricultura familiar, pesca e aquicultura, seguridade social rural, ensino rural e concessão de terras públicas.	17
<b>CDR</b> Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	Tratar de projetos sobre integração regional, desigualdades regionais, estados e municípios e turismo.	17
<b>CMA</b> Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	Tratar de projetos sobre proteção do meio ambiente, conservação e uso dos recursos naturais, biodiversidade, recursos hídricos, direito ambiental e defesa do consumidor; fiscalizar atos do Poder Executivo e enviar relatórios aos órgãos e ao Ministério Público.	17
<b>CCT</b> Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	Tratar de projetos sobre desenvolvimento científico, inovação tecnológica, atividades nucleares, radiodifusão, concessões de rádio e TV e acordos internacionais de cooperação.	17
<b>CTG</b> Comissão de Transparência e Governança Pública	Tratar de projetos sobre combate à corrupção, prestação de serviços públicos, gestão fiscal, prestação de contas, transparência e práticas gerenciais da administração pública.	17
<b>CSF</b> Comissão Senado do Futuro	Promover discussões sobre grandes temas e projetos de longo prazo para o país.	11

## Pequeno município repudia reforma da Previdência, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) registrou em discurso na sexta-feira o recebimento de moções de repúdio à reforma da Previdência, enviadas por assembleias legislativas, prefeituras e frentes de entidades da sociedade civil de cidades de diversos estados.



— Os pequenos municípios estão sentindo que essa reforma vai acabar com a vida deles. No Rio Grande do Sul, de 497 cidades, já recebi em torno de 130 moções de repúdio — contou.

Paim disse já ter 45 assinaturas para a CPI que investigará as contas da Previdência Social, sendo exigido o apoio de pelo menos 27 senadores.

## Lasier critica vetos de Temer à lei que reestrutura a EBC

Relator da MP 744/2016, que deu origem à lei que alterou a estrutura da Empresa Brasil de Comunicação



(EBC), Lasier Martins (PSD-RS) criticou os vetos do presidente Michel Temer à norma e pediu aos parlamentares que derrubem as mudanças feitas pelo Executivo.

Temer vetou trechos incluídos pela comissão mista que analisou a MP como o que permitia ao Comitê Editorial e de Programação tratar de alterações na linha editorial da programação veiculada pela EBC e convocar audiências e consultas públicas sobre conteúdos produzidos.

## Acir Gurgacz propõe ajustes em regras previdenciárias

Acir Gurgacz (PDT-RO) afirmou que não concorda com a proposta de reforma da Previdência enviada pelo governo ao Congresso. Entre os pontos polêmicos, segundo Gurgacz, estão idade mínima, tempo de contribuição e regras de transição.



Em relação ao mínimo de 65 anos para aposentadoria, Gurgacz disse que o PDT propõe fixar 60 anos para as mulheres, mantendo a diferença de 5 anos como é hoje. Contra o tempo de contribuição de 49 anos, o partido vai propor reduzir para 45 anos no caso dos homens e 40 para mulheres.

## Projeto altera critério sobre representação de partidos nos colegiados

A aplicação da proporcionalidade partidária na composição das comissões permanentes do Senado deve levar em conta o quantitativo de senadores de cada bancada ou do bloco partidário no momento da renovação dos colegiados, que ocorre a cada dois anos (no primeiro e no terceiro ano de cada legislatura, que dura quatro anos). É o que propõe projeto (PRS 6/2017) de Paulo Bauer (PSDB-SC).

Hoje o Regimento Interno do Senado prevê que a representação partidária nas comissões seja proporcional ao tamanho das bancadas no momento da diplomação. Ou seja, pelo número de senadores inicialmente eleitos por cada partido.

### Troca de partido

Ocorre que muitos senadores trocam de partido, o que motiva controvérsias sobre o cálculo a ser aplicado cada vez



Reunião da Comissão de Constituição e Justiça, que vai avaliar proposta de Bauer

que as comissões se renovam.

— Como o mandato do senador é de oito anos, a regra tem que ser adequada à realidade política. O número referente à bancada atual é o que deve ser considerado para efeito da proporcionalidade. Ou seja, se um senador deixar um partido pelo qual foi eleito e diplomado e passar a integrar outro partido, devemos considerar a realidade atual — argumenta o senador.

O projeto tramita em nome de Bauer, que é líder da bancada do PSDB, mas outros senadores da legenda assinam como coautores. Depois de passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a proposta vai para o Plenário do Senado.

Bauer destaca que o Supremo Tribunal Federal (STF) recentemente decidiu que a regra da fidelidade partidária não se aplica a políticos eleitos em disputas majoritárias,

caso do Senado. A decisão impede que um partido reivindique para si o mandato de políticos que trocaram de legenda enquanto ocupam esses cargos.

### Proporção fidedigna

Em decorrência da posição do STF, ressalta Bauer, a troca de partido por parte dos senadores tem sido cada vez mais frequente, alterando a composição dos partidos e blocos ao longo da legislatura. Por isso, ele considera “imperioso” modificar a regra atual, para que a composição das comissões reflita proporção partidária mais “fidedigna”.

A situação descrita por Bauer é verificável quando se compara o tamanho atual das bancadas com o de 2015. O PMDB, que tinha 18 senadores, agora conta com 22. O PSDB tinha 10 e agora tem 11. O PT passou de 12 para 10. O PDT encolheu de oito para um senador.